

# AS PAISAGENS JUNQUEIRIANAS EM A VELHICE DO PADRE ETERNO

Título: *AS PAISAGENS JUNQUEIRIANAS EM A VELHICE DO PADRE ETERNO*

©2021 Lúcia Machado e Editorial Novembro

**Autora:** Lúcia Machado dos Santos

**Coordenação Editorial:** Editorial Novembro, Edições Cão Menor, Unip Lda

**Conceção e Produção Gráfica:** Editorial Novembro, Edições Cão Menor, Unip Lda

1.ª edição: Julho de 2021

**Impressão e Acabamento:** PENAGRÁFICA - ARTES GRÁFICAS, LDA

**Depósito legal n.º:** 485886/21

**ISBN:** 978-989-53077-9-1

Reservados todos os direitos

Editorial Novembro

Uma Editora do Grupo de Comunicação Novembro

Rua S. João de Deus, n.º 116, 2.º andar, Sala 3,

4760-162 Vila Nova de Famalicão

[www.novembro.pt](http://www.novembro.pt)

telf. 252 861 330

**LÚCIA MACHADO DOS SANTOS**

Relatório Final de Pós-Doutoramento em Literaturas, Artes e Culturas orientado pelo Professor Doutor Ernesto Rodrigues  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias  
2021

“A poesia ha de seguir a evolução do espírito humano, e portanto, a meu ver, ha de ser sobretudo socialista e religiosa.”<sup>1</sup>

---

1 Carta de Guerra Junqueiro a Alberto D'Oliveira. In D'Oliveira, A. (1925). O Nacionalismo na literatura e as «Palavras Loucas». *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses* (VII), 31.

À minha mãe e ao meu irmão, como sempre.

## Prefácio

Das várias referências icónicas que compõem a identidade cultural de Freixo de Espada à Cinta, Guerra Junqueiro, o Poeta da resiliência, evidencia-se!

Não apenas pelos apêndices que se lhe associam: homem de causas sem temer as consequências; justo, mas não justicialista; íntegro no tempo, no espaço e no modo, sem que nunca daí adviesse sobressalto para a robustez da sua perene coerência!

Guerra Junqueiro partiu de Freixo de Espada à Cinta para o Mundo, sem que essa circunstância o tivesse levado a esquecer o seu berço pátrio, ora em sede de acção cívica, ora no que concerne ao seu habitat literário, entendido aqui como elemento inspirador.

Neste esteio, é curial lembrar a acção de Guerra Junqueiro, em prol do Douro, aquando da crise da Filoxera, da mesma forma que é notável como expôs as idiosincrasias da época na sua obra literária.

Deste sumário bio-bibliográfico, infere-se o óbvio: o dever de memória que o Governo Autárquico deve ter para com os seus notáveis, mais a mais, quando o respectivo percurso ficou inscrito na História de Portugal.

Desta feita, para que a intemporalidade continue a cruzar-se com a essência de Guerra Junqueiro, torna-se imperioso que o seu legado seja objecto de investigação publicada e daí decorra a ascensão de interesse pela leitura da sua obra.

Assim, o que Lídia Machado dos Santos, Docente do Ensino Superior, nos traz após apurado e exaustivo estudo científico sobre a obra de Guerra Junqueiro, com incidência na Velhice do Padre Eterno, merece o nosso reconhecimento e partilha.

Que assim seja!

Maria do Céu Quintas

## Prólogo

Entre 1801 e 1811, Portugal defronta-se com a invasão castelhana, na Guerra das Laranjas, três invasões francesas (1807-1811) e uma relação com a Inglaterra aliada mais danosa do que aquelas. Resolvida a questão ibérica, tempestuosa no dealbar de 60 (veja-se o *casus belli* literário que constituiu *D. Jaime ou a Dominação de Castela*, 1862), a mesma Espanha é ameaça inerme em finais do século, embora fantasmada por Eça, no conto “A catástrofe”, e na correspondência de Alberto Sampaio, após desaires daquela na América latina. A França, por seu turno, galiciza a nossa vida mental, influenciando, primeiro, sonhos de autonomia política que o protectorado inglês cerceou, na desfortuna dos mártires da Pátria (1817).

Essa «perfide Albion» (expressão em verso francês de 1793) soube, entretanto, sugar a vitalidade nacional e brasílica, adiando a África para 11-I-1890. Além de rendosos empréstimos a reino sem rei nem roque, força, em 19 de Fevereiro de 1810, no Rio de Janeiro, a assinatura do Tratado de Amizade e Aliança entre Sua Majestade Britânica e Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, em vigor até 1835. A principal consequência, homologando autorização baiana de Janeiro de 1808, foi a abertura dos portos brasileiros à Inglaterra, com perda da capacidade reexportadora da metrópole. Decaindo, também, as minas de ouro além-Atlântico, o nosso déficit com o estrangeiro atinge, em 1818 e 1819, uns impressionantes 22,5 milhões de cruzados. A decadência industrial, denunciando atrasos tecnológicos, faz cair as exportações. Entre 1796 e 1820, há uma quebra de 40% nos tecidos de algodão; de 70% nos tecidos de lã; de 100% no ferro; de 15% nos artigos de luxo ou de artesanato.

Eis números constantes de *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)* (2008), onde forneço outros dados e informes, que dizem bem do cenário depressivo em que emerge o liberalismo, mas, igualmente, do sufoco representado por John Bull, até à explosão do *Ultimatum*.

Este enquadra um novo Guerra Junqueiro, entre a colaboração na revista *Anátoma, Marcha do Ódio* (1890), *Finis Patriæ* (2.<sup>a</sup> ed., 1891) e *Pátria* (1896), três títulos que sucedem, já noutra perspectiva, ao de 1885, *A Velhice do Padre Eterno*.

*O Observador Lusitano em Paris, ou Coleção Literária, Política e Comercial*, de Francisco Solano Constâncio – que denuncia, em Abril de 1815, a menorização da nossa diplomacia face à britânica, no congresso de Viena –, antecipa as causas da decadência nacional: «A corrupção que resultou da posse da Ásia e dos mais domínios descobertos e conquistados pelos nossos antepassados foi a primeira causa da nossa decadência; a intolerância e o fanatismo religioso introduzido por D. João III perdeu a D. Sebastião, e com ele expirou a glória de Portugal: [...]» (p. 81) Já a abolição do comércio de escravos anunciava a «ruína do Brazil» (p. 87), o que não lhe doía: «A escravatura he o peor achaque do Brazil, e ha muito tempo que deveriamos ter começado a tomar medidas geraes e constantes para civilisar os Indios e emancipar gradualmente os pretos, [...]» (20-IX-1814, p. 91)

Um esquecido J. M. de Faria Aguiar – nem sequer citado no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, sem já falar noutros –, com *Grandeza e Decadência de Portugal* (Lisboa, 1840), deveria ser convocado por quantos estudam os graus e degraus da decadência nacional. Conservada a grandeza até ao final do reinado de D. João III, lastima o autor que «hum mal entendido zelo de religião» (p. 23) trouxesse o Tribunal do Santo Ofício. Com Alcácer Quibir e a sujeição à Espanha, deu-se o nosso «total abatimento» (p. 28). Após a Restauração, torna-se gradual o

império britânico sobre nós, já suspenso em tempo do marquês de Pombal, e logo retomado no quadro das invasões francesas, duplo «Princípio da nossa moderna decadência» (p. 48), a partir de 1807. Um parlamentarismo inane, desde 1821, não cicatrizou as feridas.

Essa aportação histórico-cultural é particularizada em nomes maiores – caso do Antero das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (1871), resumidas a três: «a reacção religiosa consumada pelo concílio de Trento; a centralização política realizada pela monarquia absoluta, com a consequente perda das liberdades medievais; um sistema económico da rapina guerreira que, atalhando o desenvolvimento da pequena burguesia, detivera, em Portugal, a evolução económica do resto da Europa» (A. J. Saraiva, Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 10.<sup>a</sup> ed., 1978, p. 914). Ignora-se que o *Diário de Notícias* de 16-VI-1871 anunciou essa conferência do Casino como “Das excepções e causas da nossa decadência literária”, título mais excitante, e menos abrangente.

Em vários lugares e diagnósticos, Ramalho Ortigão, outro amigo, não poupa vícios, interessando-nos os tocantes à Igreja institucional, particularmente n’*As Farpas*, tomo V, “A Religião e a Arte”, salve-se embora – escrevi em *Farpas Escolhidas* (Lisboa, Ulisseia, 1991, p. 44-45) – o padre de aldeia, «de ordinário, o melhor dos homens». Os padres das missões, aventureiros ou místicos, ora arrebanham negros que baptizam em massa, ora se deixam canibalizar. O padre de sala, quando não ressona, é tarefeiro e motivo de gáudio das meninas prendadas. Solução (que nem o Eça dos anos 70 propôs): «O padre estrangeiro tem sobre o padre indígena a vantagem de não se haver abandalhado nas eleições, e não ir para a plateia de S. Carlos aplaudir a ópera e dizer graçolas às senhoras suas confessadas, que estão nas bancadas ao pé dele, de não andar pelas casas particulares com as peúgas e com as fraquezas embrulhadas em papéis [...]»

Assunto candente no século era, todavia, o celibato, já eleito no

*Eurico, o Presbítero*. O caso, e casamento, do padre Hyacinthe Loyson, conhecido pelo *Soir* parisiense em 4 de Setembro, deu brado e chegou a Portugal: *O Celibato Ecclesiastico – Reflexões à Carta do Padre Jacinto* (1873), por A. A. Teixeira de Vasconcelos, director do *Jornal da Noite*, sustentou farta discussão com outra Imprensa – mormente, Oliveira Pires, n’*O Constituinte* –, à qual também aderiu Ramalho. Começa aquele: «Casou em França um sacerdote católico, antigo frade e pregador insigne, e declarou que apesar de casado ficava sacerdote católico. Aquele facto causou por muitos motivos grande sensação, e maior escândalo talvez que o próprio casamento de Lutero.» Ora, *Eurico, o Presbítero* vem no Junqueiro de *Mysticae Nuptiae* (1866), já *Misticae Nuptiae* dentro de *Vozes sem Eco* (1867), e o seu drama é resolvido no “Eurico” d’*A Velhice...*, propondo casamento a Hermengarda.

Deste modo, Junqueiro enquadra-se na reflexão sobre o mito do Progresso e contramito da Decadência a partir de um segmento muito específico de países contra-reformistas. E “Do «Padre Eterno» e da sua «Velhice»” seria o capítulo XXIX daquele tomo V, glorificado por quem o leu «avidamente, de um só fôlego, no espaço de duas horas» (1991, p. 172). Lembremos, enfim, as maiúsculas no prefácio da 2.<sup>a</sup> edição de *A Morte de D. João*, em 1876: Família, Sociedade, Igreja, Monarquia.

“As paisagens junqueirianas em *A Velhice do Padre Eterno*” começou por ser um trabalho de pós-doutoramento desenvolvido entre 1 de Dezembro de 2019 e 1 de Dezembro de 2020, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O projecto visava estudar as «paisagens» daquela obra, a partir de «um levantamento lexicográfico no qual serão tratados os elementos humanos, políticos, sociais e anticlericais, mas também símbolos como a luz; os sentimentos traduzidos de imediato em imagens (como a sordidez urbana e burguesa); a personificação de

sentimentos como a Dor e a Miséria». Esse “corpus” lexicográfico seria relacionado «com a sátira anticlerical predominante na obra (equilibrada por uma religiosidade de carácter humanitário e pan-teísta), com as ideias de exploração por vezes exaustiva de analogias retóricas».

Introduzindo a questão anticlerical segundo a bibliografia mais recente (2019), com um olhar desde 1834, fixa-se nas repercussões de obra satírica desde a sua saída, em 1885, opondo os simples em busca de justiça e de um Deus «pessoal» à hipocrisia e corrupção dos ministros da fé.

Sem deixarem de ser reais, as paisagens são, sobretudo, «simbólicas, quando sugerem a Injustiça, a Dor, a Morte, a Tristeza de um povo impotente», como prova o rastreio, em análise aprofundada, de poemas representativos, segundo os estados de alma, acções, sociedade, paisagem, sendo que esta se pode duplicar.

Resultam, desse olhar minudente, quadros impressionantes, e uma conclusão: «Referências à Luz, à Injustiça, à Morte, ao Desespero, à Fome, à Ignorância, à Degradação e à Doença são uma marca constante nos poemas que integram *A Velhice do Padre Eterno*; contudo, não é possível dissociar essas referências de outras que surgem em paralelo como o apelo à Fé, à Mudança, à construção de um Mundo Renovado capaz de assentar em valores promulgados pela Paz, pela União e pelo Bem-estar coletivo (físico e psicológico).»

Assim, quando revemos o século XIX à luz de 1885, percebe-se um programa em falta, ao qual, na demissão da Igreja, devem a literatura e sua releitura prover. Isso nos oferece Lídia Machado dos Santos.

Ernesto Rodrigues  
Universidade de Lisboa

## **Apresentação do Poeta**

### **Quem foi, melhor, quem é Guerra Junqueiro?**

Não lhes trago dados biográficos, mas o Homem, o Humilde, o Simples, aquele que nunca perdeu a ligação (fiel) que manteve com a natureza, com a terra e que a esta comparava o seu trabalho literário: “Não faço versos por vaidade literária. / Faço-os pela mesma razão por que o pinheiro faz resina, a pereira peras, e a macieira maçãs: é uma simples fatalidade orgânica. / Os meus livros imprimo-os para o público, mas escrevo-os para mim”. No entanto, continua o Poeta, “o artista [...] perante os aplausos ou perante as invectivas, deve manter-se absolutamente digno e silencioso. / É esse o seu dever”. Porquê? - perguntamo-nos. E o Poeta responde: “Um poeta não é um marceneiro.”

Assim sendo, que procedimentos a tomar após uma publicação e perante a crítica? O Poeta é claro quanto ao seu modo de atuação. Vejamos: “Eu, em vez de ir para os jornais defender a minha obra, provando que ela é uma maravilha e o seu autor um homem de génio, acho um bocadinho mais sensato e mais útil esquecer-me do livro feito para me lembrar unicamente do livro a fazer.”

Guerra Junqueiro é um homem do futuro, com o olhar e a voz postos no trabalho que urge fazer, uma vez que, tal como defende, “cortada a seara e recolhido o trigo, arroteia-se o campo e semeia-se de novo”. Na verdade, continua a voz decidida do Poeta: “Que importa o dia de ontem? / É um cadáver. / Deixá-lo em paz. / Pensemos no dia que há-de vir, fitando o azul na direcção da aurora”. E aproveitemos a vida que nos resta, a força que corre nas nossas veias porque “O dia é breve e a jornada é longa”.

A propósito desta incorrigível ansiedade de Guerra Junqueiro